II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

FINANCIAMENTO PÚBLICO ESPORTIVO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Fernanda Gimenez Milani (UEM); Allan Fernando Zardo da Silva (UEM); Pedro Henrique Iglesias Menegaldo (UEM); Suélen Barboza Eiras de Castro (UFPR);
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil
fernandagmilani@gmail.com

Palavras-chave: Esporte; Financiamento; Políticas públicas.

Introdução

A constituição do orçamento público representa a materialização das políticas públicas (DINIZ; SILVA 2016). Dessa forma, o mapeamento das ações governamentais e das alocações de recursos representam a relação entre Estado e Sociedade, possibilitando uma visualização de quais classes ou frações de classes possuem maior ou menor ônus da carga tributária, bem como, quais são os beneficiados com os gastos e investimentos previstos (OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Athayde, Mascarenhas e Salvador (2011, p.3) “[...] a análise do financiamento e orçamento público pode auxiliar na realização de um exame mais completo das particularidades da política social brasileira e, mais especificamente, as esportivas.” Fatores como a realização dos megaeventos esportivos, o reconhecimento do esporte como um direito individual estabelecido na Constituição Federal de 1988, a necessidade de priorizar ações que desenvolvam o esporte educacional em detrimento das demais manifestações despertaram o interesse científico acadêmico na área da Educação Física nos últimos anos.

Muitos autores buscaram reunir produções científicas no campo das políticas públicas de esporte e lazer (STAREPRAVO, 2011; AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014; SCHWARTZ et al., 2014; BARRA; SILVA; VITORINO, 2017), bem como nas demais áreas de concentração da Educação Física (KRAVCHYCHYN; DE OLIVEIRA, 2015; WIGGERS et al, 2015; MOTA e SILVA et al, 2015; JOAQUIM; CARVALHO; BATISTA, 2011), porém nenhum destes estudos debruçaram-se em investigar o financiamento público esportivo.

Objetivos

Analisar a produção científica sobre financiamento público esportivo, quanto aos anos de publicação e os focos de análises dos estudos.

Metodologia

II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

O levantamento dos estudos foi realizado entre os meses de maio, junho e julho de 2017 e partiu inicialmente pela busca nas bases de dados eletrônicas Periódico Capes (www.periodicos.capes.gov.br), Lilacs (www.lilacs.bvsalud.org) e Scielo (www.scielo.org). Em um segundo momento a busca foi realizada nos principais periódicos da área da Educação Física em interface com as Ciências Humanas e Sociais, selecionados a partir do sistema de classificação do quadriênio de 2013-2016 de periódicos WebQualis da CAPES (www.qualis.capes.gov.br), de extrato igual ou superior a B2. Foram selecionadas nove revistas eletrônicas, apresentadas no Quadro 1. Quanto ao recorte temporal, priorizamos estudos que foram publicados entre 2003 a 2016. Escolhemos o ano de 2003 como o primeiro ano de coleta de dados, pois é o ano em que o esporte se caracteriza como objeto único de um ministério passando a ter financiamento restrito para o setor. Já o ano de 2016 foi o último ano de coleta devido a data de realização deste trabalho. Na ferramenta de busca foram utilizados os descritores: “financiamento”, “financiamento público”, “orçamento”, “orçamento público” relacionando-os ao termo “esporte”, através da ferramenta AND. A partir da busca através dos descritores e aplicados os critérios de inclusão foram encontrados 23 artigos.

Resultados

Dentre os periódicos que tiveram artigos originais contemplados dentro do critério de inclusão e exclusão deste trabalho, 08 deles pertencem a área da Educação Física (Movimento, RBCE, RBEFE, UEM, Pensar a Prática, Licere, RBCM e Motrivivência) e 01 trabalho foi publicado em outra área de Conhecimento (Estudos Econômicos). Quanto a qualificação das revistas, verificamos um predomínio de publicações em periódicos com nível B2 (n=11), seguidos de qualis B1 (n=5) e A2 (n=3). No que tange as análises fundamentadas por um referencial teórico específico, verificamos que a maioria (n=10) dos artigos selecionados pautaram suas discussões apenas na apresentação dos dados empíricos. Em relação a quantidade de artigos publicados por ano, é possível perceber que o tema “financiamento público esportivo” apresentou um aumento acentuado no número de publicações a partir de 2014 (n=3), atingindo seu ápice em 2016, com um total de 6 publicações. No que diz respeito às categorias de análise estabelecidas a partir dos objetivos e principais resultados, registramos uma distribuição dos trabalhos entre quatro temáticas principais: Megaeventos esportivos, Fontes orçamentárias, Programas de Financiamento e Política Esportiva.

Conclusões

Com o objetivo de mapear as produções científicas existentes sobre o financiamento público esportivo, identificou-se que as produções sobre a temática se intensificaram devido à preocupação da comunidade científica com os altos custos da realização dos Megaeventos esportivos sediados no Brasil durante os anos de 2014 a 2016. Em relação às temáticas centrais, constatou-se que a atenção dos pesquisadores motivados a analisar o orçamento público aplicado ao esporte estava pautado, sobretudo nas análises das fontes orçamentárias e na relação do financiamento direcionado para a preparação da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio

II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

2016. Diante do exposto e considerando o potencial subsídio a pesquisas futuras, destacamos algumas lacunas existentes: comparar os investimentos provenientes das fontes orçamentárias e extraorçamentárias nas análises longitudinais sobre a configuração dos orçamento público esportivo; realizar estudos que busquem investigar a forma de financiamento das políticas públicas de esporte em nível estadual e/ou municipal; e, dialogar os dados empíricos com perspectivas teóricas consistentes, com vistas a produzir conhecimento e qualificar os debates sobre a temática.

Referências

ATHAYDE, Pedro, MASCARENHAS, Fernando e SALVADOR, Evilásio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. RevBrasCiênc Esporte. n. 1, v. 37, 2015.

DINIZ, Rafael Silva; SILVA, Luciano Pereira da. O icms esportivo e o financiamento das políticas municipais de esporte em minas gerais. Movimento, Porto Alegre, v. 22, n. 4, 1223-1236, out./dez. de 2016.

OLIVEIRA F. Economia e política das finanças públicas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec; 2009.